

ENTRE OS FLUXOS DE CAPITAL E AS MANIFESTAÇÕES: QUESTIONANDO A CIDADE DO CONSENSO

Ramsés Albertoni Barbosa¹

RESUMO

O artigo analisa, a partir das noções de “não lugar” (AUGÈ, 1994) e “fluxo” (HANNERZ, 1997), o questionamento da cidade-empresa e as atuais manifestações urbanas. A formulação de não lugar de Augè (1994) remete à noção de fluxo de Hannerz (1997), termo que possui a peculiaridade de ser transdisciplinar referindo-se a coisas que não permanecem no seu lugar, a mobilidades e expansões variadas, à globalização em muitas dimensões, cujas características são os fluxos de capital, trabalho, mercadorias, informações e imagens. O termo remete a uma leitura macroantropológica, ou seja, abrange uma coerência relativa e uma dinâmica de entidades sociais e territoriais maiores do que as convencionalmente abordadas. Hannerz (1997) procura examinar a interconexão cultural global, adotando a concepção dos fluxos como produzidos no espaço, referindo-se a um possível “fluxograma cultural global”.

PALAVRAS-CHAVE: Não lugar. Fluxos. Cidade-empresa. Urbano. Manifestações.

¹ Professor. Doutorando em Ciências Sociais (PPGCSO-UFJF). ramses.albertoni@ich.ufjf.br

Eu me pergunto: Mas estarei sendo justa com a cidade? Não é possível conceber uma cidade sobre cujos telhados paire a fumaça de mil fogos particulares, de cujas ruas suba o murmurar de mil amaldiçoadas vozes? Talvez; mas é muito pictórico, e não sou pintora.

“No coração do país”, Coetzee

1. Cidade. Qual cidade?

O termo cidade (do latim *civitate*) significa o complexo demográfico formado, social e economicamente, por uma importante concentração populacional, não agrícola, dedicada a atividades de caráter mercantil, industrial, financeiro e cultural. É a expressão palpável da necessidade humana de contato, comunicação, organização e troca, numa determinada circunstância físico-social e num contexto histórico. A cidade é o mundo que o homem erige para si próprio, pois ele é essencialmente um construtor de cidades, e a história universal é a história do homem da cidade, o berço da cultura e do crime, o centro da miséria e do esplendor. Sua origem remonta à antiga Babilônia, a primeira cidade cosmopolita. Nela, já se encontravam o encanto e os perigos das grandes cidades.

Simmel (2005) desenvolve uma concepção da vida moderna nas grandes cidades de cunho fenomenológico, privilegiando o desenvolvimento de uma consciência, por parte do homem urbano, que o protege dos fluxos ameaçadores do ambiente nas grandes cidades, pois, ao reagir, com a sua intelectualidade, que o preserva dos embates diários, não se desenraiza. Dessa maneira:

O fundamento psicológico sobre o qual se eleva o tipo das individualidades da cidade grande é a intensificação da vida nervosa, que resulta da mudança rápida e ininterrupta de impressões interiores e exteriores. O homem é um ser que faz distinções, isto é, sua consciência é estimulada mediante a distinção da impressão atual frente a que lhe precede. [...] Assim, o tipo do habitante da cidade grande — que naturalmente é envolto em milhares de modificações individuais — cria um órgão protetor contra o desenraizamento com o qual as correntes e discrepâncias de seu meio exterior o ameaçam: ele reage não com o ânimo, mas sobretudo com o entendimento, para o que a intensificação da consciência, criada pela mesma causa, propicia a prerrogativa anímica. (SIMMEL, 2005, p. 577-578).

Para tanto, esse indivíduo assume uma atitude *blasé*, que destitui as coisas de sua substância, e está intimamente relacionada à interiorização de uma economia do dinheiro que acentua a posse dos objetos. A reserva do homem metropolitano é, na verdade, uma autopreservação em face dos contínuos contatos externos; porém, essa atitude possibilita ao indivíduo uma maior e melhor liberdade, que o refina em sua individualidade. Numa cidade *patchwork* (CANEVACCI, 1993, 2001) de simultâneos circuitos comunicativos que desenham um cenário de singular polifonia que mistura elementos diversos de códigos diversificados, o corpo da cidade é um suporte para as múltiplas mensagens que convivem uma ao lado da outra, e se integra

[...] em uma cultura reduzida, ou em vias de reduzir-se, a nada mais do que um sistema de informação e comunicação. O processo em andamento é o da transformação estrutural da cultura de classe em cultura de massa, isto é, uma cultura cuja grande estrutura é, justamente, a informação. (ARGAN, 1998, p. 244).

As paisagens da cidade moderna nascem do imbricamento entre mensagens e mercadorias num horizonte saturado de inscrições, anímicas ou, como diz Simmel (2005), “o espírito moderno é o espírito contábil”. Entretanto, existe um perigo de se tentar enxergar algo de positivo no empório de estilos à disposição do indivíduo, porquanto, se o indivíduo pode assumir diferentes identidades, ele pode também se perder neste processo, e ser vítima da violência dos outros. Percebe-se que o homem moderno se vê incapaz de contemplar a dimensão simbólica do lugar em que reside, e assiste ao contínuo desbordamento dos perímetros da cidade. Este homem está alheado da ideia de contenção, de ligação entre o sujeito e os espaços exteriores que percorre.

Deve-se considerar que é através de uma exposição prolongada ao meio que o olhar se torna cuidadoso, apto tanto para captar a minúcia quanto para apreender o geral do especificamente urbano, criando hábitos e gerando códigos de deciframento, pois a cidade existe sob o signo de um segredo. E para que a organização das grandes cidades seja possível, é necessário que exista a sua escrita como cidade/texto, que deverá ser lido como o texto de uma civilização radicalmente distinta, sem a especialização dos escribas, mas como o texto de uma cultura comum, cujo significado social e psicológico será outro, invertido. Essa escrita não será mais um objeto de uso particular de alguns privilegiados, mas terá a

funcionalidade de uma publicidade, permitindo a sua divulgação sob o olhar de todos. A relação homem/cidade opera-se através de processos aproximativos que articulam o jogo dialógico entre as forças criativas destes dois organismos, pois é a necessidade de orientação que marca a relação entre o sujeito e os objetos do seu espaço. Assim, a aventura pessoal penetrará um labirinto de ruas, enquanto a inteligência raciocinante penetrará em um labirinto dos signos a ser decifrado, buscando a sua provável ordem.

O espaço da grande cidade contemporânea transcende o horizonte do sujeito que cria, então, espaços próprios ao dividir o mundo em espaços conhecidos e desconhecidos, familiares e estranhos. A maioria das grandes cidades contemporâneas perdeu as suas características seculares de formação, tais como, ruas, praças, calçadas, enfim, o contínuo urbano. A metrópole atual é uma cidade composta por edificações isoladas perpassadas por vias expressas de comunicação, zonas de uso categorizado, racionalmente compartimentalizadas em áreas de moradia, hospedagem, produção, diversão. Tal racionalização do espaço urbano elimina a rica variedade de atividades e os tradicionais microclimas. Desse modo, a grande cidade está fisicamente fechada e espiritualmente estrangida. Dividida em macrópoles e micrópoles, em *shoppings* e favelas, a cidade atual restringe o homem em sua comunicabilidade social, pois se perdeu a relação afetiva entre a cidade e o seu habitante, ou seja, é uma cidade invisível que deixou de ser aquele lugar do universo mais amplo da cultura, pois as maneiras de utilizar o espaço fogem à planificação urbanística, cujo especialista é incapaz de articular o seu saber com a multiplicidade e fluidez dos sistemas culturais que efetivamente ocupam os espaços internos e externos de uma cidade.

Dessa forma, é inviável que se generalizem as soluções, pois cada cidade é um contexto histórico, econômico, político e cultural único. As críticas feitas aos arquitetos e urbanistas são sobre a sua dificuldade em se comunicarem com a sociedade, se apegando a códigos cifrados. Conforme Foucault (1994), a arquitetura só poderá resolver os problemas sociais, e os da cidade aí incluídos, quando as intenções libertadoras do arquiteto coincidirem com a prática real do exercício da liberdade que perpassa a visão da cidade como um produto artístico que favoreça as outras artes, pois a cidade ideal é um ponto de referência para que se meçam os problemas da cidade real. Essa idealização da cidade encontra-se em todos os períodos históricos; é um módulo para o qual se encontram várias formas que

refletem a ordem social vigente. Tal cidade é uma ficção política, pois não nasce da invenção de um gênio, mas é o produto de toda uma história manifesta. Para Argan (1998), atualmente, é mais importante tratar das cidades enfermas do que imaginar as cidades do futuro.

Ressalte-se que a noção de lugar na cidade contemporânea tem como contraponto a noção de não lugar (AUGÈ, 1994), ou seja, um espaço descontínuo de identificação do sujeito em permanente deslocamento que desterritorializa a experiência individual, instituindo a possibilidade do voltar-se sobre si mesmo na abertura de reconfigurações da subjetividade. A formulação de não lugar de Augè (1994) remete à noção de fluxo de Hannerz (1997), termo que possui a peculiaridade de ser transdisciplinar referindo-se a coisas que não permanecem no seu lugar, a mobilidades e expansões variadas, à globalização em muitas dimensões, cujas características são os fluxos de capital, trabalho, mercadorias, informações e imagens. Este termo remete a uma leitura macroantropológica, ou seja, abrange uma coerência relativa e uma dinâmica de entidades sociais e territoriais maiores do que as convencionalmente abordadas. Hannerz (1997) procura examinar a interconexão cultural global, adotando a concepção dos fluxos como produzidos no espaço, referindo-se a um possível “fluxograma cultural global”. De acordo com o autor, existem dois problemas na noção de fluxos de culturas: um quanto à dimensão espacial, e outro quanto ao tempo e ao processo.

Um aspecto fundamental dos fluxos é que eles têm direções. No caso dos fluxos de culturas, é certo que o que se ganha num lugar não necessariamente se perde na origem. Mas há uma reorganização da cultura no espaço. [...] Hoje, num cenário global de fluxos, uma posição de preponderância equivalente corresponderia, de modo figurado, a uma combinação entre Nova York, Hollywood e a sede do Banco Mundial. Daí é que podem se originar os fluxos. E se eles se expandem por toda parte, a uniformidade cultural global poderá ser sua consequência final. [...] Algumas redes de assimetrias de fluxo durante o último século parecem-me inegáveis. Esse complexo de assimetrias tomou forma séculos atrás na Europa, e, tendo-se acelerado neste século, também criou por si mesmo algumas das condições para os posteriores contrafluxos e fluxos entrecruzados no espaço que hoje nos parecem tão admiráveis. Duvido, porém, que tenhamos chegado ao ponto em que seja completamente impossível distinguir os centros das periferias. Quanto ao outro tipo de questões relativas aos fluxos, gostaria de voltar ao tema do tempo e do processo. Desde que comecei a refletir aqui em termos de fluxo, ocorreu-me, à medida que examinava as variações na organização da cultura, que esse termo funcionava bem

como metáfora geradora, no sentido de suscitar desdobramentos. Não se trata apenas de que a ideia de fluxo se opõe ao pensamento estático; ela insinua, além do mais, a possibilidade de pensar tanto em rios caudalosos quanto em estreitos riachos, tanto em correntezas isoladas quanto em confluências, “redemoinhos” (como diz Barth acima), até mesmo vazamentos e viscosidades no fluxo de significados. (HANNERZ, 1997, p. 12-14).

Com relação às formulações de não lugar e de fluxo no mundo urbano contemporâneo, deve-se considerar que, conforme Choay (1992), o urbanismo, como “apanágio de especialistas”, surge com a “despolitização do pensamento relativo ao planejamento urbano”, cujo interesse transfere-se das estruturas socioeconômicas para as estruturas técnico-estéticas, tornando-se o urbanista um especialista disponível para a nova classe dirigente. Não obstante, de acordo com Martins (2000), o urbanismo corresponde a um saber político que articula uma práxis, cuja noção foi formulada por Hegel, retomada por Marx (1996) e, por fim, empreendida por Lefebvre (1999; 2001) tentando demonstrar que tal práxis contém múltiplos elementos sociológicos. Segundo Burnett,

[...] a realidade desigual das nossas cidades é consequência de complexos processos históricos de conformação e consolidação da hegemonia política e econômica das classes dominantes, através da constante e predadora exploração do trabalho assalariado, em uma promíscua aliança com o Estado e sua estrutura burocrática, patrimonialista e clientelista. (BURNETT, 2009, p. 20).

O Estado, como objeto de saber e como instrumento e lugar de aquisição de conhecimentos específicos, desenvolveu-se com mais intensidade na Alemanha do que na França e na Inglaterra. Foucault (1999) defende que, a partir do capitalismo, em finais do século XVIII e início do XIX, ocorreu a passagem da medicina privada para a coletiva, socializando, primeiramente, um objeto, o corpo, em função da força produtiva e da força de trabalho. Num segundo momento, em finais do século XVIII, a trajetória do desenvolvimento da medicina social é assumida na França pelo fenômeno distinto da urbanização, da expansão das estruturas urbanas. De acordo com Foucault,

Existían además los representantes del Estado: los representantes del poder real, el comisario de policía y los representantes de los poderes parlamentarios. En la segunda mitad del siglo XVIII se planteó el problema de La unificación del poder urbano. Em ese

momento surgió la necesidad, al menos em las grandes aglomeraciones, de unificar la ciudad, de organizar el cuerpo urbano de un modo coherente y homogéneo, de gobernarlo mediante un poder único y bien reglamentado. (FOUCAULT, 1999, p. 372).

Por conseguinte, surge um sentimento de medo e de angústia frente à cidade, nascendo, então, o medo urbano, um medo e uma angústia diante da cidade. Diante das epidemias que assolavam a Europa, desenvolveu-se um pensamento de que se deveria manter as pessoas num espaço compartimentado, vigiado e controlado mediante um registro completo dos fenômenos ocorridos. Segundo Foucault (1999), nesta época, surgem dois esquemas médicos de reação contra essas epidemias: um de tipo religioso e outro de tipo militar. Contudo, a medicina urbana, de vigilância e hospitalização, é o aperfeiçoamento, uma variante refinada do esquema político-médico da quarentena como higiene pública, cujos objetivos foram, essencialmente, estudar os lugares de acumulação e de ajuntamento, no espaço urbano, dos dejetos que poderiam provocar enfermidades, além dos lugares que geravam e difundiam os fenômenos epidêmicos ou endêmicos, basicamente, os cemitérios; o controle da circulação das coisas e dos elementos, basicamente, da água e do ar; e por fim, a organização das distribuições e das seriações necessárias à vida comum da cidade.

Dessa maneira, é necessário destacar que o urbanismo surge ligado ao Estado moderno e à sua racionalidade, com pretensões a dominar a realidade e a prática urbana, que devem se submeter à sua ordem, que agencia uma segregação espacial bastante sofisticada, cuja produção do espaço obedece a uma prática correspondente à racionalidade do Estado, que concebe a “realidade urbana ideal”, impondo-a como prática urbana. Conforme Martins,

[...] a produção do espaço que se anuncia exemplarmente, através e a partir do urbanismo haussmanniano, não se define e, portanto, não pode ser compreendida apenas como desdobramento da acumulação de capital centrada na industrialização. A urbanização perde o caráter de processo diretamente induzido pelos processos produtivos comandados pelo capital no momento em que o urbanismo moderno começa triunfalmente sua carreira. Em decorrência, abordagens como a engelsiana, fortemente alicerçadas na unilateralidade dessa relação, deixam de ser suficientes. Não obstante, uma característica importante desse processo de desintegração-integração de relações sociais não comprometidas visceralmente com as exigências da reprodução capitalista é a de não se fazer apenas através do recurso à violência desabrida. (MARTINS, 2000, p. 51).

O autor ressalta igualmente que a “corja não proletarizada” é criada pelo próprio sistema econômico-político, que engendra seus próprios resíduos sociais, procurando, em seguida, neutralizá-los a partir de formas de violência não explícitas. Desse modo, é cogente considerar que a irrupção do urbanismo pertence a um processo que se explicita com a consolidação do Estado moderno, ou seja, o urbanismo é uma produção política que

[...] poderia ser sumariada pela inversão que engendra e se esforça em sustentar, ou seja, se é correto que na formulação hegeliana a burocracia encarnaria a racionalidade inerente à sociedade civil transposta e aperfeiçoada no topo do edifício político. Diferentemente do que Hegel supunha e postulava, a sociedade civil, longe de se ver coroada pela sociedade política erigida ao nível do Estado, se vê, em verdade, expropriada das iniciativas e poderes que lhe cabem e correspondem. O que, porém, não explica como tal inversão se estabelece. (MARTINS, 2000, p. 52).

Para justificar e legitimar sua existência e atuação, a produção política do espaço, engendrada pelo Estado, articula um discurso em que as contradições específicas da sociedade civil constituem irracionalidades em oposição à racionalidade do saber do urbanista. Por conseguinte, o saber político integra a acumulação política, engendrando relações sociais intensamente atreladas à reprodução social. Uma vez que o pensamento urbanístico, entendido como um processo de institucionalização do espaço, vincula-se originalmente à necessidade social de organização do espaço, deve-se considerar que seu exercício tem a ver com os interesses políticos das classes dominantes em dispor sobre tal necessidade. Dessa maneira,

[...] o planejamento urbano foi se colocando acima das classes, de suas relações de produção e dos seus interesses para, substituindo as relações sociais, se propor a modificar a realidade a partir dos ideais de racionalidade, justiça e bem comum. Esta fetichização do planejamento urbano – resultado da aceitação de formas impostas pelo Estado capitalista no interior da luta popular – nada mais é do que o predomínio do valor do capital sobre a prática social institucionalizada do Movimento da Reforma Urbana. (BURNETT, 2009, p. 25).

Conforme Martins (2000), o urbanismo, ao ampliar sua ação para além da disposição e controle do espaço, se articula com as tramas reprodutivas do capital que aumentam sobremaneira, cujas aberturas da urbanização aos investimentos de

capital e acumulação capitalista e suas estratégias específicas são feitas em vasta escala. A “mobilização do imobiliário” significa que

A incorporação do espaço na “anatomia da sociedade civil”, como dizia Marx, exige que sua utilização social se faça consoante às formas necessárias ao movimento reprodutivo do capital. Por esse motivo, o envolvimento com a economia política, enquanto prática dominante na formação econômico-social capitalista, tornou-se inescapável ao urbanismo, a ponto de ele próprio assumir, cada vez mais, o caráter de economia política do espaço, visto que, para tomar o espaço como objeto, tanto no pensamento quanto na prática, o urbanismo não pode se esquivar de fazê-lo entrar na forma mercadoria. Concomitantemente, o urbanismo, ele próprio coagido, infundido pelas representações coatoras advindas da economia política, passa a funcionar como veículo para a imposição do conteúdo antidemocrático a ela intrínseco. (MARTINS, 2000, p. 54).

Para tanto, as classes dominantes empenham-se para reconduzir incessantemente as relações sociais que lhe são fundamentais. Conquanto se saiba que as cidades modernas estão associadas à divisão social do trabalho e à acumulação capitalista, existe, atualmente, segundo Arantes (2000), o gerenciamento das cidades como mercadorias, como cidades-emprego, cidades-máquina-de-crescimento, cujo paradoxo se ancora numa pseudomercadoria que não foi produzida pelo homem, muito menos para ser vendida num mercado. De acordo com a autora,

A “tese” em questão nada mais é, portanto, do que uma explicitação da contradição recorrente entre o valor de uso que o lugar representa para os seus habitantes e o valor de troca com que ele se apresenta para aqueles interessados em extrair dele um benefício econômico qualquer, sobretudo na forma de uma renda exclusiva. A forma da cidade é determinada pelas diferentes configurações deste conflito básico e insolúvel. À primeira vista, uma história tipicamente americana, pois em nenhuma região do mundo o solo foi considerado tão indiscutivelmente o alvo primordial da especulação capitalista. Que a cidade tenha outra finalidade que não a de atrair o comércio, incrementar o valor dos imóveis e, portanto, pura e simplesmente crescer, é uma coisa que jamais passou pela cabeça dos próceres da nação, observou, certa vez, Lewis Mumford, recapitulando a urbanização americana de 1850 a 1930. (ARANTES, 2000, p. 26-27).

Essa ideia da cidade se agencia a partir da coalizão de uma elite político-econômica, centrada na propriedade imobiliária, e os urbanistas caudatários de um

largo arco de negócios decorrentes das possibilidades econômicas dos lugares que conformam as políticas urbanas. Dessa forma,

A fabricação de consensos em torno do crescimento a qualquer preço – a essência mesma de toda localização – torna-se a peça-chave de uma situação de mobilização competitiva permanente para a batalha de soma zero com as cidades concorrentes. Uma fábrica por excelência de ideologias, portanto: do território, da comunidade, do civismo etc. Mas, sobretudo, a fabulação de senso comum econômico, segundo o qual o crescimento enquanto tal faz chover empregos. No coração dessas coalizões, a classe rentista de sempre, hoje novamente na vanguarda dos “movimentos urbanos”: incorporadores, corretores, banqueiros etc., escorados por um séquito de coadjuvantes igualmente interessados e poderosos, como a mídia, os políticos, universidades, empresas esportivas, câmaras de comércio e, enfim, nossos dois personagens desse enredo de estratégias: os planejadores urbanos e os promotores culturais. [...] tudo se passa como se a transnacionalização produtiva e financeira, ao contrário do que se poderia prever, em função do acentuado localismo das máquinas urbanas de crescimento, acabasse conferindo justamente devido ao redirecionamento dos Estados Nacionais, cada vez mais socialmente esvaziados e deslegitimados, no rumo de uma simbiose ainda mais estreita com o mundo dos negócios a serem publicamente (e acintosamente) “alavancados”, uma segunda juventude cosmopolita às paroquiais coalizões urbanas pró-crescimento. (ARANTES, 2000, p. 28).

Na construção desses “consensos cívicos” encontra-se o consumo cultural como forma de “refinamento artístico ostensivo” a atrair multidões multiplicadoras dos negócios orquestrados pela personagem do curador, um intermediário-empresário cultural cujo papel refere-se à gentrificação urbanística. Desse modo, o “fazer a cidade” dos empresários e dos urbanistas é, segundo Arantes (2000), o embrião de uma mudança simbólica, porquanto,

[...] à medida que a cultura passava a ser o principal negócio das cidades em vias de gentrificação, ficava cada vez mais evidente para os agentes envolvidos na operação que era ela, a cultura, um dos mais poderosos meios de controle urbano no atual momento de reestruturação da dominação mundial. Mais ou menos nos seguintes termos, como se pode ler num estudo posterior de Zukin acerca das estratégias culturais de redesenvolvimento urbano, cujo miolo novamente reside na propagação da imagem de um centro de inovação, qualquer que ela seja, dos serviços financeiros à segurança máxima dos públicos solventes: é preciso distinguir acima do alicerce formado pelos fatores econômicos clássicos sobre os quais se edifica uma cidade – terra, trabalho e capital – pelo menos mais três camadas de trocas desiguais e, no caso, “simbólicas”. (ARANTES, 2000, p. 33-34).

Ainda segundo a autora, a manipulação de linguagens simbólicas de exclusão e habilitação consiste na primeira dessas camadas de trocas desiguais, pois o caráter “visual” de uma cidade reflete as decisões a respeito do (in) visível diligente, acarretando a estetização do poder decisório do desenho arquitetônico-urbanístico. A “máquina de Molotch” é a segunda camada, e se refere à economia simbólica da cidade comandada habilmente pelos *placeentrepreneurs*, ideólogos que agenciam os símbolos do crescimento, da promessa de empregos e dos negócios. O consórcio entre os círculos de negócios e os “advogados da cidade” é a última camada dessas trocas desiguais, cujo “mecenasato” se encarrega da multiplicação de museus, de parques temáticos e de complexos arquitetônicos que simulem um universo encantado, cuja simbiose de imagem e produto caracterize a cidade-empresa-cultural perseguida pela terceira geração urbanística.

Em contraponto a este economicismo da cidade contemporânea, ocorrem, atualmente, movimentos contestatórios internacionais que afirmam, através de manifestações, pacíficas ou não, o lugar e a ocupação da cidade como lugar do humano. O estopim internacional destas várias manifestações e ocupações foi o suicídio por imolação do tunisiano Mohamed Bonazizi, em 17 de dezembro de 2010, que se expandiu do norte da África (Tunísia, Egito, Líbia e Iêmen) à margem sul do Mediterrâneo, alcançando a Espanha dos Indignados da Puerta Del Sol, Portugal com a Geração à Rasca, a Grécia com a ocupação da praça Syntagma, provocando revolta nos subúrbios de Londres e a ocupação de Wall Street e, no Brasil, com as manifestações de junho de 2013. A imprensa ficou tão titubeante quanto os políticos na série de protestos que se iniciou em São Paulo e se alastrou pelo país, por causa do aumento nas tarifas de transporte público, principalmente em razão da aparente falta de objetividade das reivindicações, e com a ausência de uma doutrina na raiz da rebelião. Cabe lembrar que os jovens líderes das manifestações têm uma visão de mundo à esquerda do espectro político, entre os adversários do liberalismo econômico e os críticos do marxismo histórico, e são um fruto do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, que se realizou em 2005. Conforme Davis,

[...] tomar o comando dos arranha-céus é uma ideia esplendida, mas para um estágio mais avançado de luta. Até o momento, a genialidade do Occupy Street é o fato de ter libertado alguns dos imóveis mais caros do mundo e transformado uma praça privada em

um magnético e catalisador espaço público de protestos. (DAVIS, 2012, p. 40).

Ou seja, estes movimentos colocam em pauta questões essenciais à existência livre na contemporaneidade no centro urbano do redemoinho político econômico de fluxos ininterruptos de capital, porquanto a realidade desigual das cidades decorre dos citados complexos processos históricos de conformação e consolidação da hegemonia política e econômica das classes dominantes. Dessa maneira, ao perder a esperança de encontrar, no ambiente urbano, o cumprimento de seus objetivos sociais, o indivíduo moderno encontra-se sozinho na “cidade de vidro” estruturada pelos espaços vazios dos fluxos e dos não lugares, categorias que não têm relacionamentos, identidade e história, mas que realizam um esvaziamento sistemático da consciência.

O não lugar (AUGÈ, 1994) é um lugar de propriedade negativa, uma espécie de “lugar ausente de si mesmo” que perpetra a socialização na solidão. Se o mundo moderno é, por um lado, o mundo da revolução tecnológica e o da liquidação das formas tradicionais da cultura, é também, por outro lado, o mundo do desencontro fatal entre esse desenvolvimento da técnica e uma ordem social que não se renova. Contudo, a cidade, entendida como um lugar de manifestação a ser ocupado, é a expressão palpável da necessidade humana de contato, comunicação, organização e troca, numa determinada circunstância físico-social e num contexto histórico, além de ser consequência da divisão social do trabalho e do desenvolvimento das forças produtivas.

Se a Carta de Atenas (LE CORBUSIER, 1993) fixou que as quatro funções básicas da cidade são habitação, trabalho, lazer e circulação, atualmente, novas funções para a cidade vão se somando; algumas destas funções já existiam na cidade antiga, porém, não possuíam a importância que hoje se dá a elas, por diversos fatores que vieram a se agregar nesta nova/velha cidade. A nova Carta de Atenas, elaborada pelos arquitetos europeus, é a cidade conectada, instantânea, que utiliza as novas tecnologias de informação. Esta conexão também deveria ocorrer no campo social, através de um compromisso de equilíbrio da sua diversidade e riqueza multicultural: no econômico, de meio ambiente e planejamento urbano. A nova Carta de Atenas, revisada, também aponta novos conceitos e funções da cidade do século XXI, que são divididas em três grupos: funções

urbanísticas; funções de cidadania; e funções de gestão. Cada grupo possui quatro funções: as funções urbanísticas de habitação, trabalho, lazer e mobilidade; as funções de cidadania de educação, saúde, proteção e segurança; as funções de gestão de prestação de serviços, planejamento, preservação do patrimônio cultural e natural, e sustentabilidade urbana.

Não obstante, de acordo com Rancière (1995), o fim da alternativa socialista não significou qualquer renovação do debate democrático, mas sim a redução da vida democrática para a gestão das consequências locais de necessidade econômica global, que impôs as mesmas soluções consensuais a todos como o supremo valor democrático. Com relação às cidades, entendidas como um fenômeno urbano, esta mudança significou, conforme Swyngedouw (2007), aceitar as implicações do deslocamento socioeconômico urdido pela reorganização da produção e da demanda em escala global, pela rede transnacional de empresas e indivíduos, pelos fluxos de investimento especulativo global e pela reestruturação rápida dos mercados de trabalho.

Por conseguinte, redefiniu-se a agenda político-policial urbana, que reflete um foco político que se distancia das considerações reguladoras e distributivas em razão da promoção do crescimento econômico e da competitividade. Os movimentos de manifestação e ocupação vieram justamente para questionar esta agenda, pois os ocupantes e manifestantes

[...] estão fartos de um mundo onde reciclar latinhas de coca-cola, dar alguns dólares para a caridade ou comprar capuccino da Starbucks com 1% da renda revertida para os problemas do Terceiro Mundo é o suficiente para se sentir bem. Após a terceirização do trabalho e da tortura, após as agências matrimoniais começarem a terceirizar até nossos encontros, os manifestantes perceberam que por um longo tempo permitiram que seus compromissos políticos também fossem terceirizados – e querem-nos de volta. (ZIZEK, 2012, p. 18).

Os manifestantes e ocupantes questionam justamente o surgimento desta nova modalidade de governança urbana que se enquadra, conforme Arantes (2000), numa linguagem comum e consensual de criatividade competitiva, flexibilidade, eficiência, empreendedorismo estatal, parcerias estratégicas e vantagens colaborativas. A urbanidade tecno-administrativa consensual é a negação da base

democrática para a política, pois anseia possuir grupos bem identificáveis com interesses, aspirações, valores e cultura específicos.

Ao ocorrer um deslocamento de técnicas de governo de formais para informais e o aparecimento de novos atores na cena midiática-político-policial urbana como a PosTv e a Mídia Ninja², institui-se uma reorganização tríplice que procura (des)organizar a “conduta da conduta”, combinando um desejo de, politicamente, construir o mercado como a instituição social preferida de mobilização e alocação de recursos, cuja primeira característica é a externalização das funções do Estado através da privatização e desregulamentação das atividades sociais, econômicas e culturais; a segunda característica é a melhoria da governança através do qual o Estado nacional delega tarefas regulamentares e outras tarefas a níveis de governança de escala superior; a terceira característica diz respeito à degradação da governança a práticas e arranjos “locais” baseados numa multiplicidade de interesses.

Dessa maneira, na cidade pós-política (SWYNGEDOUW, 2007), o conflito de visões ideológicas globais é substituído por uma colaboração de tecnocratas iluminados, cujo acordo é alcançado sob o disfarce de um consenso mais ou menos universal que exclui os “espaços de litígio” (ZISEK, 1999). A construção do consenso pós-político urbano é radicalmente reacionário, porquanto antecipa a articulação de trajetórias divergentes, conflitantes, e alternativas para possibilidades e organizações urbanas futuras. De acordo com Rancière (1995), os conceitos vagos de cidade criativa, de cidade competitiva, de cidade inclusiva, de cidade global e sustentável servem para substituir os “nomes próprios” da democracia, espaço onde o sem nome, o não contado, e, portanto, o não simbolizado, tornam-se nomeados e contados.

Deve-se ressaltar, por fim, que, para que as funções sociais da cidade sejam ordenadas no sentido de que ocorra o seu pleno desenvolvimento, é fundamental que estas funções se tornem conhecidas não apenas pelos formuladores e executores da política de desenvolvimento urbano, mas por todos os sujeitos. Encontrá-las, reconhecê-las, na amplitude e diversificação do ambiente urbano, de todas as interações que ele sofre, e nele interagem, não é tarefa das mais fáceis.

² A Mídia Ninja (Narrativas Independentes Jornalismo e Ação) integra o conjunto de iniciativas abrigadas no portal Fora do Eixo, criado em 2009, que se diferenciaram dos demais órgãos da imprensa alternativa por terem aderido à “descentralização informativa”, permitindo-lhes desenvolver uma cobertura baseada em contribuições individuais, seja de um celular ou smartphone com câmera digital.

Porém, as funções aqui elencadas, se não forem ordenadas no sentido da promoção da justiça social urbana, da melhoria da qualidade de vida dos habitantes do meio urbano, proporcionando a estes o bem-estar, as funções da cidade não podem receber o qualificativo de sociais, porquanto serão apenas funções do urbano.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, O. A cidade do pensamento único. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ARGAN, G.C. História da arte como história da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- AUGÉ, M. Não lugares. Campinas: Papirus, 1994.
- BURNETT, C.F.L. Da tragédia urbana à farsa do urbanismo reformista. Tese em Políticas Públicas. São Luís: UFMA, 2009.
- CANEVACCI, M. A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. São Paulo, Studio-Nobel, 1993.
- _____. Antropologia da comunicação visual. São Paulo. DP&A, 2001.
- CHOAY, F. O urbanismo. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- DAVIS, M. Chega de chiclete. In: HARVEY, D. (org.) Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012.
- FOUCAULT, M. Espaço e poder. Entrevista. Rio de Janeiro: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (nº 23: Cidade). Ministério da Cultura, 1994.
- _____. Estratégias de poder – obras esenciales II. Barcelona: Paidós, 1999.
- HANNERZ, U. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. MANA 3(1):7-39, 1997.
- LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.
- _____. A revolução urbana. Belo Horizonte: EdUFMG, 1999.
- LE CORBUSIER. Carta de Atenas. São Paulo: EdUSP/Hucitec, 1993.
- MARTINS, S. O urbanismo esse (des) conhecido saber político. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais nº 3, Outubro. Recife: ANPUR, 2000.
- MARX, K. O capital. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- RANCIÈRE, J. La Mésentente – politique et philosophie. Paris: Editions Galilée, 1995.

SWYNGEDOUW, E. Impossible/undesirable sustainability. New York: Guilford, 2007.

ZIZEK, S. O violento silêncio de um novo começo. In: HARVEY, D. (org.) Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012.

SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito. MANA 11(2):577-591, 2005.